

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

Processo nº.

NOME, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), em atenção à r. decisão interlocutória de fls. 120/122, expor e requerer o que segue:

Trata-se de processo criminal em que se imputa ao acusado a prática dos delitos previstos nos arts. 129, §9º, e 147, ambos do CP, c/c arts. 5º e 7º da Lei nº 11.340/06.

A denúncia foi recebida às fls. XX/XX, oportunidade em que determinada a citação do réu.

Realizadas diligências, o acusado não foi localizado para citação, razão pela qual esse Juízo determinou a sua citação editalícia (fl.XX), devidamente efetivada à fl. XX.

Citado fictamente, o acusado deixou de comparecer e tampouco constituiu advogado (fl. XX).

Instada a se manifestar, a Acusação peticionou às fls. XX/XX, oportunidade em que requereu a “suspensão do processo e do prazo prescricional e o deferimento de produção antecipada da prova oral, nos termos do art. 366, do Código de processo Penal” (fl. XX).

Em decisão interlocutória de fls. XX/XX, esse d. Juízo, acolhendo o pedido ministerial, suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional, bem como **deferiu a produção antecipada de**

prova, para produção da prova oral, designando, para tanto, data para a realização de audiência de instrução.

Com a devida vênia, a Defesa Técnica entende não estarem presentes, na hipótese em apreço, os requisitos necessários ao excepcional deferimento da produção antecipada de prova, conforme se passa a demonstrar.

Consoante cediço, preceitua o art. 366 do CPP que:

“Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, **podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes** e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312”.

Assim, é certo que a própria legislação processual de regência possibilita a produção antecipada das provas. Condiciona a possibilidade, todavia, àquelas consideradas urgentes.

Nesse viés, a excepcionalidade da antecipação probatória, reconhecida pela jurisprudência pátria, culminou na elaboração sumular de nº 455 do STJ, segunda a qual “A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP **deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo**”.

Dessa forma, a inexistência da antecipação probatória deve ser a regra a ser observada na hipótese em que o acusado se encontra em local incerto e não sabido. Isso porque o prosseguimento da instrução probatória, sem a presença do réu, implicará em evidente prejuízo para a Defesa, uma vez que a **entrevista prévia com o acusado**, anteriormente à audiência de

instrução, é medida imprescindível à efetivação dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Assim, meramente formal é a presença da Defesa Técnica na oitiva de testemunhas e, em especial, da vítima, quando o defensor não teve acesso à versão dos fatos trazida pelo acusado, mas tão somente pela parte ex-adversa, razão pela qual resta esvaziada a possibilidade de contraditar as testemunhas e a ofendida e de contrapor as versões sobre as narrativas apresentadas em Juízo.

Na hipótese dos autos, a Acusação fundamentou o seu requerimento nos efeitos deletérios do tempo na memória humana (fl. XX-v). Ocorre que a ação do tempo é absolutamente intrínseca à marcha processual, inerente a toda e qualquer produção probatória, inclusive à prova oral. **Não se mostra apta, portanto, de per si, a denotar a excepcionalidade exigida pela lei e pela jurisprudência para autorizar a antecipação probatória.**

Entendimento diverso conduziria, inevitavelmente, à absurda generalização no sentido de que, **sempre que a produção probatória dependesse da prova oral** – situação presente na imensa maioria das ações criminais e, ainda com mais intensidade, nos processos relativos à violência doméstica – **autorizada estaria a produção antecipada de prova.**

Nesse sentido, decidiu o C. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. **RÉU NÃO LOCALIZADO. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO LAPSO PRESCRICIONAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA ORAL. MERO DECURSO DO TEMPO. JUSTIFICATIVA INSUFICIENTE. DEMONSTRAÇÃO CONCRETA DA NECESSIDADE.**

IMPRESINDIBILIDADE. SÚMULA 455/STJ.
ORDEM CONCEDIDA.

1. Nos termos do entendimento pacífico desta Corte, cristalizado no verbete sumular n.º 455, a produção antecipada de provas, com base no art. 366 do Código de Processo Penal, deve ser concretamente fundamentada, não bastando a mera alegação do decurso do tempo para se ter por urgente a medida.

2. In casu, existe manifesta ilegalidade, pois a providência cautelar foi determinada sem fundamentação hábil, apenas considerando que "Esta é necessária para evitar o perecimento da prova, ante o decurso do tempo. Observo que a prova testemunhal é imprescindível para o deslinde dos fatos apurados nestes autos. Inegável que o decurso do tempo atua negativamente na memória das testemunhas, que poderão não se lembrar dos detalhes necessários para solução do caso e busca da verdade real, princípio precípua do processo penal."

3. Habeas corpus concedido a fim de anular a colheita de prova antecipada, cujo produto deverá ser desentranhado dos autos.

(HC 419.035/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017)

Mas não é só. No caso dos autos, é necessário mencionar que, segundo a exordial acusatória, os fatos ocorreram em **DATA** (fl. XX), ou seja, **há pouco mais de 01 (um) ano** da data em que requerida a antecipação probatória (fl. XX).

Alinhavadas essas asserções, entendendo a Defesa que não se encontram presentes, in casu, a excepcionalidade e a urgência da medida requerida – tratando-se os autos de narrativa típica dos delitos cometidos em contexto de violência doméstica apurados nesse d. Juízo –, postula a Defesa a **reconsideração** da r. decisão interlocutória de fls. XX/XX, cancelando-se a audiência de instrução designada e aplicando-se, à hipótese, o disposto no art. 366, primeira parte, do CPP.

SUBSIDIARIAMENTE, caso entenda V. Exa. que a situação delitiva estampada nos autos não traz consigo o habitualismo e a cotidianidade das ações que assoberba os Juizados de Violência Doméstica do Judiciário brasileiro, passa a Defesa Técnica a tecer as seguintes considerações:

Em que pese a fundamentação inicialmente exposta, é certo que, consoante apontado na r. decisão de fls. XX/XX, o C. Superior Tribunal de Justiça, no RHC 64.086/DF (Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/11/2016, DJe 09/12/2016), decidiu que, **em relação às testemunhas policiais**, “(...) as testemunhas, pela natureza de sua atuação profissional, marcada pelo contato diário com fatos criminosos que apresentam semelhanças em sua dinâmica, devem ser ouvidas com a possível urgência”.

Ou seja, a Colenda Corte, ainda reconhecendo que “o simples argumento de que as testemunhas poderiam esquecer detalhes dos fatos com o decurso do tempo **não autoriza a produção antecipada de provas**, sendo indispensável fundamentá-la concretamente, sob pena de ofensa à garantia do devido processo legal” (RHC 64.086/DF), temperou o referido entendimento, frise-se, **tão somente em relação às testemunhas policiais**, dada a excepcionalidade concreta de sua atuação profissional.

O referido entendimento não passou despercebido por esse d. Juízo na r. decisão de fls. XX/XX, que fundamentou a excepcionalidade da medida antecipatória sob o argumento de que:

“Assim, há razões concretas para o deferimento da cautelar incidental, de maneira a não se perderem detalhes relevantes ao deslinde da causa, em face da qualidade das testemunhas, **no caso, policial militar**, cuja sobrecarga de serviço e atuação em centenas de casos similares pode prejudicar a memória dos fatos, sobretudo após o decurso de lapso temporal superior a um ano da data em que se deu a conduta em apuração” (fl. XX).

Ocorre que, em mais nada justificando eventual excepcionalidade acerca das condições **das demais testemunhas** – no caso, a vítima (fl. XX) – esse d. Juízo deferiu, indistintamente, a produção de toda a prova oral.

Em hipótese semelhante, o C. STJ entendeu que a excepcionalidade da medida antecipatória, em razão da qualidade especial das testemunhas policiais, **não há de se estender**, por um conseqüência lógico, para as demais testemunhas arroladas. Confira-se:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ART. 366 DO CPP. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL. **PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS.** FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL PARA AS **TESTEMUNHAS POLICIAIS.** HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. (...)

IV - A Terceira Seção desta eg. Corte, em tema submetido à sua apreciação a fim de uniformizar entendimentos divergentes das duas Turmas que a integram, temperou a aplicação da Súmula nº 455-STJ, em caso no qual as testemunhas eram policiais militares, considerando a

suscetibilidade da memória de tais agentes públicos, em vista de sua atividade, entendimento que tem aplicabilidade no caso concreto.

V - A produção antecipada da prova não prejudicará a defesa, porquanto o ato será acompanhado por defensor constituído e, comparecendo os recorrentes ao feito, poderão requerer a produção de novas provas ou até a repetição daquelas produzidas antecipadamente.

VI - Desse modo, para compatibilizar a antecipação da prova testemunhal do policial, tendo em vista o entendimento fixado no enunciado nº 455 da Súmula do STJ, deve ser deferida a ordem, de ofício, para suspender a antecipação da oitiva das testemunhas, sendo permitida a oitiva antecipada apenas dos policiais militares.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para suspender a antecipação de prova testemunhal, salvo a da testemunha policial militar. (HC 416.164/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018)

Dessa forma, a Defesa Técnica, em caráter subsidiário, postula que a r. decisão de fls. XX/XX, consoante sua própria fundamentação, restrinja-se ao deferimento da antecipação da produção da prova oral **tão somente em relação aos policiais militares arrolados na denúncia.**

PEDIDO

Ante o exposto, em razão dos fundamentos acima apresentados, pugna a Defensoria Pública seja **reconsiderada** a r. decisão interlocutória de fls. XX/XX, cancelando-se a audiência de instrução designada e aplicando-se, à hipótese, o disposto no art. 366, primeira parte, do CPP.

Subsidiariamente, em respeito à fundamentação consignada na própria decisão apontada, postula a Defesa seja a antecipação probatória **restrita à colheita dos depoimentos dos policiais militares** arrolados na exordial acusatória.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO
